

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.026 - SP (2019/0353978-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**IMPETRANTE** : LILIAN GALVAO BARBOSA  
**ADVOGADO** : LILIAN GALVÃO BARBOSA - SP423951  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : I M P A  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## EMENTA

*HABEAS CORPUS. DIREITO DE FAMÍLIA. SUSPENSÃO DO PÁTRIO PODER. BUSCA E APREENSÃO DE MENOR. WRIT CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR DE HABEAS CORPUS IMPETRADO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. INCABÍVEL. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA E MANIFESTA ILEGALIDADE. DECISÃO PRECÁRIA, DESPROVIDA DE CONTEÚDO DEFINITIVO.. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

## DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por LILIAM GALVÃO BARBOSA em favor de I. M. P. A. contra decisão monocrática de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que indeferiu pedido liminar, mantendo a suspensão, por ora, do pátrio poder.

Em suas razões, a impetrante sustentou que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal com a determinação da suspensão do pátrio, que a colocação junto à família acolhedora vai prejudicar a construção dos laços familiares da criança. Postulou a concessão da ordem.

É o sucinto relatório.

Decido.

O pedido de *habeas corpus* não merece ser conhecido.

O presente *writ* vem impropriamente impetrado contra decisão monocrática de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que indeferiu pedido liminar, mantendo a suspensão, por ora, do pátrio poder, em razão de suspeita de adoção irregular.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Consoante o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, não se admite *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

Essa orientação está sedimentada na Súmula 691/STF: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*", aplicável, *mutatis mutandis*, ao Superior Tribunal de Justiça, v.g.: HC 117.440/PE, Quinta Turma, Rel. Min. JORGE MUSSI, DJ de 21/6/2010; HC 142.822/SP, Quinta Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 7/12/2009; HC 134.390/MG, Sexta Turma, Rel. Min. OG FERNANDES, DJ de 31/8/2009.

A despeito desse enunciado, tem-se entendido que, em casos teratológicos e excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência, para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado, análise que deve ser desempenhada caso a caso.

Contudo, no caso concreto, não identifiquei flagrante ilegalidade no comando judicial.

Em duas ocasiões, o Tribunal de origem apreciou o pedido da impetrante, reiterando a suspeita existente acerca da adoção irregular do menor, entendendo que, por ora, o melhor interesse da criança está em ficar com a família acolhedora, *verbis*:

*No caso, há indícios de que a ré Daniele entregou o menor I.M.P.A. em adoção irregular ao agravante, que registrou falsamente o infante como seu filho.*

*A própria requerida, ao ser questionada pelo Conselho Tutelar (fls. 12), confirmou tal fato, revelando que 'o processo foi muito simples; foram até o cartório de registro de pessoas naturais desde município, no Centro de Guarulhos e lá o homem disse que era o pai e imediatamente mudaram o registro da criança,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*inserindo-o no registro de nascimento'.*

*Desta feita, havendo acusação de burla ao cadastro de adoção e entrega direta do menor ao agravante, há risco jurídico à criança, que 'além de envolver ilicitude, pode resultar em graves danos psicológicos futuros', como bem consignou o magistrado de primeiro grau. Assim, a suspensão do poder familiar é, por ora, a medida que melhor atende aos interesses da criança no momento."*

**Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DO HABEAS.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator

